



ADIFA defende medidas urgentes para mitigar o impacto do aumento dos custos de combustível na distribuição de medicamentos

25 de setembro de 2026 – A ADIFA – Associação de Distribuidores Farmacêuticos alertou de novo o governo para o impacto significativo do aumento dos preços dos combustíveis na atividade de transporte de medicamentos em Portugal, exortando à adoção de medidas urgentes para mitigar a pressão sobre as empresas do setor e salvaguardar a continuidade do abastecimento à população.

O atual contexto internacional provocou uma subida expressiva dos preços dos combustíveis, com impacto direto na cadeia de distribuição de medicamentos. A manterem-se os preços atuais, a ADIFA estima que o impacto para os distribuidores farmacêuticos de medicamentos represente um encargo de transporte adicional de **quatro milhões de euros** por ano.

Apesar de, até ao momento, não se registarem ruturas no abastecimento, a ADIFA chama a atenção para o facto de que o agravamento da situação pode, a curto prazo, comprometer a capacidade de entrega dos distribuidores farmacêuticos e, consequentemente, o normal funcionamento do circuito do medicamento.

A distribuição farmacêutica opera com margens estruturalmente reduzidas – com uma margem EBITDA de cerca de 1,9% e uma margem líquida de 0,9% (2024) – num contexto em que os custos operacionais têm vindo a aumentar de forma significativa.

Acresce que se trata de um setor altamente regulado, com preços e margens definidos, não sendo possível repercutir o aumento de custos ao longo da cadeia. Como consequência, os distribuidores farmacêuticos absorvem integralmente os encargos adicionais, o que coloca pressão sobre a sustentabilidade económico-financeira destes operadores.

Os mecanismos extraordinários de apoio adotados pelo governo português, apesar de pertinentes, excluem a atividade de transporte de medicamentos, o que não reflete o papel essencial que o setor desempenha no sistema de saúde, na dinâmica económica nacional e na coesão territorial em matéria de acesso a medicamentos.

Neste enquadramento, a ADIFA considera urgente a adoção de medidas adequadas que reconheçam o carácter essencial da atividade de distribuição farmacêutica e que salvaguardem o normal funcionamento da cadeia de abastecimento de medicamentos em Portugal, garantindo a viabilidade operacional das empresas do setor face ao rápido agravamento das estruturas de custos relacionadas com o transporte automóvel.

Entre as principais propostas que a ADIFA fez chegar ao governo português, destacam-se a adoção de **benefícios associados à aquisição de combustíveis** e de **benefícios relativos aos custos de portagens**, que procuram enquadrar adequadamente a atividade de transporte de medicamentos, atendendo à sua natureza de interesse público, e responder ao carácter imperioso das exigências acrescidas sobre os distribuidores farmacêuticos:

- Inclusão dos veículos afetos ao transporte de medicamentos no âmbito do Estatuto dos Benefícios Fiscais, que prevê uma majoração da dedutibilidade dos custos em combustíveis para efeitos da determinação do lucro tributável;
- Inclusão dos veículos afetos ao transporte de medicamentos no regime de reembolso parcial para o gasóleo profissional;
- Inclusão dos veículos afetos ao transporte de medicamentos no regime de dedutibilidade total do Imposto sobre Valor Acrescentado (IVA) nas despesas respeitantes à aquisição de gasóleo;
- Isenção total do Imposto Único de Circulação (IUC) a viaturas afetas ao transporte de medicamentos;
- Implementação de um regime especial, aplicável às viaturas afetas ao transporte de medicamentos, que preveja a redução ou isenção dos custos de portagens.

A ADIFA defende, igualmente, a adoção de medidas que assegurem o **acesso prioritário aos recursos energéticos** necessários à operação, incluindo o enquadramento da atividade no acesso à Reserva Estratégica de Produtos Energéticos (REPA).

“A implementação destas medidas é fundamental para preservar a resiliência da atividade da distribuição farmacêutica e, consequentemente, da robustez da cadeia de abastecimento de medicamentos, que constitui um pilar fundamental da saúde pública”, afirma **Nuno Flora, Presidente Executivo da ADIFA**.

Recorde-se que o setor da distribuição farmacêutica de serviço completo gera um impacto económico anual direto e indireto de 302 milhões de euros (o equivalente a 0,11% do PIB português), emprega mais de dois mil trabalhadores e opera 26 plataformas logísticas em todo o território nacional. Anualmente, as empresas do setor percorrem 47 milhões de quilómetros para entregar 335 milhões de unidades às farmácias portuguesas de Norte a Sul, passando pelas Regiões Autónomas.

Apesar de operarem com uma margem líquida inferior a 1%, razão pela qual a sustentabilidade económico-financeira do setor está sob pressão constante, os distribuidores farmacêuticos asseguram um serviço de interesse público altamente complexo num contexto regulatório extremamente exigente, caracterizado por padrões operacionais minuciosos e um elevado investimento em infraestruturas logísticas.

A ADIFA manifesta total disponibilidade para colaborar com o governo na identificação e implementação de soluções que assegurem a continuidade do acesso dos portugueses às suas terapêuticas e promovam a proteção da saúde pública.

Sobre a ADIFA

Constituída em 2017, a Associação de Distribuidores Farmacêuticos (ADIFA) é uma associação portuguesa sem fins lucrativos que representa os distribuidores farmacêuticos de serviço completo. Através da procura de melhores soluções logísticas e de serviços mais eficientes na distribuição farmacêutica, a ADIFA desempenha um papel fulcral na promoção da saúde pública em Portugal. A ADIFA reúne seis distribuidores farmacêuticos de serviço completo associados que representam 94% da quota de mercado em Portugal: Alliance Healthcare, Botelho & Rodrigues, Coopprofar, Empifarma, OCP Portugal e Plural+Udifar.

Os distribuidores farmacêuticos de serviço completo são responsáveis pelo processamento da cadeia de fornecimento dos medicamentos: encomenda e aquisição junto da indústria farmacêutica, receção, armazenamento e transporte dos medicamentos às farmácias comunitárias. Estas empresas constituem, assim, o elo responsável por assegurar que os produtos de saúde chegam às farmácias e outras entidades de forma segura, eficiente e em conformidade com a legislação em vigor.

Para mais informações, contactar:

Message in a Bottle

Francisco Fernandes

Email: ffernandes@messageinabottle.pt

Tlm: 921093584

Rui Oliveira Marques

Email: rmarques@messageinabottle.pt

Tlm: 910014790